



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

No rastro da história das mulheres: a biografia em discussão

In the track of women's history: the biography in debate

Marília Garcia Boldorini¹
Roberta Barros Meira²

Resumo: O presente artigo pretende contribuir com as discussões que envolvem a representatividade feminina e os seus espaços que são destinados às mulheres no gênero textual biografia, pensando esse tipo de texto especificamente como um dos elementos que auxiliam na construção de perspectivas e visões de mundo, premissa básica de todo e qualquer texto literário. Propõe-se a discutir o texto biográfico como uma fonte relevante para debater questões relacionadas a gênero, já que ele é uma das melhores formas de representação da memória social. A problematização da temática dá-se aqui por meio de uma revisão de literatura feita com base em teóricos que investigam os assuntos gênero e biografia.

Palavras-chave: biografia; literatura; gênero.

Abstract: This article aims to contribute to the discussions that involve the feminine representativeness and the spaces that are destined to women on the textual gender biography, thinking about this specific kind of text as one of the elements that support the construction of perspectives and the worldview, basic premise of all and any literary texts. We intent to discuss the biographic text as a relevant source in order to debate issues that are related to gender, since it is one of the best ways of the social memory representation. The problematization here occurs through the literature review, based on authors that investigate the topics gender and biography.

Keywords: biography; literature; gender.

Introdução

O presente artigo tem como propósito levantar reflexões a respeito do espaço destinado às mulheres no gênero textual³ biografia, o qual consiste em uma narrativa que explicita acontecimentos, em geral de maneira linear e cronológica, ocorridos com indivíduos que, por

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Santa Catarina, Brasil.

²Doutora em História, Universidade de São Paulo (USP); Professora do departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, Santa Catarina, Brasil.

³ Entendemos o conceito de gênero textual pela visão de Motta-Roth (2005), que diz que o gênero textual é uma combinação entre elementos linguísticos de diferentes naturezas (fonológica, morfológica, lexical, semântica, sintática, oracional, textual, pragmática, discursiva e ideológica) que se articulam na linguagem utilizada em contextos recorrentes da experiência humana e socialmente compartilhados, tornando-se uma prática social dividida e reconhecida como integrante de dada cultura.

algum motivo, querem ter sua vida descrita nas páginas de uma obra, ou foram julgados por alguém como relevantes para tal.

A biografia é um dos inúmeros gêneros textuais pertencentes ao grande grupo da literatura e trabalha basicamente com fontes documentais, bibliográficas e iconográficas e também memórias, o que faz com que ela seja objeto de estudo tanto da literatura quanto da história. Em termos historiográficos, a biografia constitui-se como fonte às investigações que englobam memória e identidade, por exemplo. Por sua vez, quando se fala de biografia no que concerne à literatura, na medida em que o texto biográfico é uma narrativa, ele serve de base para delineamentos do grupo, dos lugares, dos costumes, dos hábitos etc. Igualmente, a biografia provoca-nos a pensar a relação da escrita com a leitura dos espaços por um viés tanto histórico como literário, mediante um método que se reconstrói por uma experiência de séculos e se adapta às visões patrimoniais locais, nacionais e transnacionais.

Portanto, a ideia de trabalhar com biografias para discutir a história das mulheres pauta-se no princípio de que a narrativa biográfica é um conjunto de elementos, entre eles o/a biografado/a, o grupo social em que ele/a está inserido/a e os lugares por que percorre. Isso faz com que seja necessário perceber a narrativa biográfica na sua totalidade, em todas as suas nuances e simbolismos, lançando olhos aos fatores que influenciam a sua construção e o seu desenvolvimento e também a sua função social.

Nesse caso, este artigo apoia-se na obra de Margarida Neves (1995, p 15-31), que considera as obras literárias como narrativas subjetivas do “real vivido”, localizadas nas interseções entre a ficção e a realidade, considerando tais registros como testemunhas-chave do tempo cotidiano em que foram escritas. Chalhoub e Pereira (1998) ponderam, igualmente, que a obra literária precisa ser historicizada, pensada conforme as mudanças, no tempo, da sociedade, conjuntamente com as suas redes de interlocução social. Ou seja, “para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7-13).

Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre a importância dos espaços femininos na sociedade e os seus reflexos no gênero literário biografia em uma realidade profundamente marcado pelas narrativas masculinas. As dificuldades de identificação “das práticas da escrita de si”, nos dizeres de Angela de Castro Gomes (2004), encontram fortes obstáculos no caso dos escritos feitos por mulheres. Se as publicações de caráter biográfico e autobiográfico se tornam cada vez mais valorizadas pelos leitores, os focos de interesse ainda são predominantemente masculinos. A maior abrangência das pessoas que se consideram merecer uma biografia ou que podem escrever a própria vida levou, por exemplo, ao notável aumento do interesse pelos literatos, como Lima Barreto, Carlos Drummond de Andrade, Caio Fernando de Abreu. Esse

movimento, todavia, parece alcançar, de modo bastante tímido, a reconstituição dos rastros das poetisas e literatas brasileiras.

É bastante interessante a constatação de que mesmo a efervescência da “sociedade da intimidade” (GOMES, 2004, p. 13-16), que não se fixa somente no homem público ou nos sujeitos históricos transformados em heróis – e incluem o homem anônimo e o registro do cotidiano –, ainda mantém os traços de exclusão que marcaram um gênero literário que se integra às estratégias de manutenção do *status quo* de um sociedade patriarcal⁴. Quando observamos o cotidiano das mulheres em oposição ao que ocorre nas memórias dos homens, percebem-se a transmissão do poder masculino e o controle das mulheres pelo apagamento das suas vidas e dos seus escritos. Nesse sentido, suas personagens frequentemente são construídas de forma superficial, caricata ou de menor importância⁵. Em sua análise, Anne McClintock (2010, p. 13) afirma que a inteligência e a criatividade femininas são constantemente interpretadas e retratadas como degeneração. Por viver num mundo que construiu narrativas que pensam as mulheres como simples ponto de apoio e não como pilares, o desafio ainda a desvendar são os imaginários e as estruturas sociais, econômicas e culturais que se emaranham nas teias sombreadas de uma história das mulheres ainda pouco contada.

Nessa análise, busca-se defrontar com alguns problemas únicos presentes no gênero biografia, emergentes de situações históricas que constantemente colocaram as mulheres do seu tempo em uma posição submissa e secundária em relação aos poderes patriarcais. Talvez esse quadro não se restrinja às biografias, mas interessa lembrar que o gênero ocupa um lugar notável não só nos escritos literários como nas narrativas históricas. As imagens que os documentos e a memória fazem ressurgir, como se o passado descrito nesses relatos fosse mais importante que os demais, parece descolar-se da história das mulheres, que parecem não deixar rastros atrás de si que merecessem constar dos livros biográficos. Ao analisar o apagamento que marca as histórias particulares das mulheres, podemos introduzir novos elementos para a compreensão

⁴ Analisando o conceito da família patriarcal brasileira, chama a atenção a presença das interpretações feitas por autores como Gilberto Freyre e Antônio Candido de Mello e Sousa para os espaços familiares do século XVI ao XIX. As suas obras colocam em cena principalmente um modelo cunhado pela análise da estrutura dos grupos dominantes que compunham a economia açucareira do Nordeste do Brasil, que resultaria em dois pares de oposição antagônicos, ou seja, uma familiar regida pelas normas da família patriarcal e outra não familiar e, portanto, marginalizada. A presença das camadas senhoriais destacava-se principalmente pela análise e por um processo de homogeneização de práticas sociais que reforçavam os espaços de dominação masculina e a subordinação da mulher (CORRÊA, 1981).

⁵ Podemos imaginar que grande parte desses registros traz as maneiras que o ciclo de vida das mulheres foi observado e ressignificado pelos homens. Nesse caso, como bem coloca Michelle Perrot (2007, p. 31), para “ouvir suas vozes – as palavras das mulheres, é preciso abrir não somente os livros que falam delas, os romances que contam sobre elas [...], mas também aqueles que elas escreveram”.

de um conjunto mais vasto de sujeitos históricos que podem trazer algo muito valioso para repensar as posições que ainda marcam uma realidade atual de exclusão e violência.

Uma prosa árida sobre a memória biográfica

A escritora francesa Simone de Beauvoir, em seu romance autobiográfico *Memórias de uma moça bem-comportada*, conta que desde a infância já almejava tornar-se no futuro um autor célebre. Isso porque admirava os escritores, colocados por seu pai em um patamar acima dos sábios, dos eruditos e dos professores, e porque “os livros, todo o mundo lia: tocavam a imaginação, o coração. Davam ao autor a glória mais universal e a mais íntima” (BEAUVOIR, 2017, p. 129).

A intelectual segue explicando que, quando a noite chegava, gostava de escrever tudo o que lhe tinha passado ao longo do dia, pois temia o esquecimento. Ainda, que a literatura lhe garantiria a imortalidade que compensaria a eternidade perdida: “Escrevendo uma obra tirada de minha história, eu criaria a mim mesma de novo e justificaria minha existência. Ao mesmo tempo serviria à humanidade; que melhor presente lhe podia dar do que livros?” (BEAUVOIR, 2017, p. 129).

Com essa fala, podemos começar a adentrar no mundo das biografias, um dos gêneros textuais mais em voga atualmente e que suscita inúmeras discussões das mais variadas ordens. Na emergência do combate ao esquecimento, da garantia da imortalidade e da compensação da eternidade perdida, como bem diz Beauvoir (2017), a biografia é a melhor representação das memórias, sejam as nossas, sejam as de outrem, e uma das formas que temos de explicar as relações que estabelecemos com o mundo para quem as questiona, ou para quem as deseja copiar, ou simplesmente por um desejo de ser reconhecido socialmente.

Para cumprir a fidedignidade que se espera de um texto biográfico, a construção de seu discurso envolve ampla pesquisa de todos os tipos – documental, bibliográfica, iconográfica, entre outros –, a elaboração explicativa da vida que se almeja narrar e, por fim, o desenvolvimento textual do relato. Sendo assim, o gênero torna-se um campo de experimentação para o historiador, que deve controlar a vida da personagem, num constante embate entre o polo científico, que comprova os fatos ali descritos, e o polo ficcional, cujos elementos preenchem as lacunas deixadas pela documentação escassa em algumas das situações (AVELAR, 2010).

Todavia, Schwarcz (2013) salienta que é importante que o historiador, ou o autor de modo geral, tome cuidado com um ponto ao se lançar a escrever um texto biográfico: a fim de dar caráter de unicidade ao texto, ele por vezes pode cair na armadilha de inventar episódios,

buscando coerência e coesão à narrativa e tomando o controle da vida da personagem. No entanto esse controle tão ambicionado pelo biógrafo com o desenvolvimento de sua narrativa é ilusório, compreendendo o que defende Bourdieu (2006). Para o autor, a produção de uma história de vida lida com essa vida como um relato coerente, com uma sequência predeterminada de acontecimentos com significados e direção, como um todo construído sem falhas ou passos mal dados, embora saibamos que isso não é verdadeiro ao se tratar da vida de um indivíduo. Bourdieu (2006) explica que história de vida consiste em uma das noções tomadas por campos científicos sem reflexão ou problematização da questão, como se a vida verdadeiramente fosse uma história capaz de ser relatada em palavras. Partindo desse pressuposto, a vida seria um trajeto com início, meio e fim, no sentido de sucessão de acontecimentos, tal qual uma linha do tempo linear e coerente. O relato que dessa vida advém é organizado como uma história lógica e cronológica, baseada num sentido razoável, numa consistência e constância, e possui certa intenção subjetiva e objetiva. Ou seja, corresponde a um projeto.

Pensando a biografia por essa perspectiva, é possível considerá-la um grande laboratório para experiências de romancistas, psicanalistas, etnólogos e sociólogos, além de ela ser bastante usada por historiadores (DOSSE, 2015), na medida em que a narrativa usa como pano de fundo os acontecimentos da história que lhe é contemporânea. Ao descrever acontecimentos que de fato ocorreram, fundamentados nos documentos que contém e não esquecendo, porém, a liberdade literária que possui, o autor usa-os como base para a sua história e como justificativa para certos atos e atitudes das personagens, já que tais comportamentos foram adotados em razão do contexto que as circundavam.

A importância da biografia como objeto de estudo passou por grandes momentos de oscilação desde a Antiguidade, sofrendo altos e baixos, mas voltou com força à academia depois de a terceira geração da Escola dos Annales, no século XX, legitimá-la – e a literatura, de maneira geral – como fonte primária, bem como na década de 1980 a história nova ter visto na biografia uma grande oportunidade de estudo, discutindo as figuras retratadas na obra, suas funções e seus papéis para a sociedade (LE GOFF, 2014). Afinal de contas, como declara Dosse (2015, p. 17), mediante a biografia, “tornam-se possíveis a prática de estudos transversais e o diálogo entre universos de interpretação diferentes”.

Não obstante, de acordo com Avelar (2010), pode-se por intermédio da biografia fazer uma análise macroestrutural da sociedade e de seus quadros explicativos, e os detalhes biográficos ali contidos têm como função ilustrar a realidade mais ampla por meio de um indivíduo utilizado como exemplo, tal qual a imagem de uma construção social. Schwarcz

(2013) sobre isso é bastante enfática. A autora afirma que não basta contar a história do agente biografado, mas é fundamental situá-lo em seu grupo e no contexto social em que se encontra inserido. Esse ponto para a antropóloga é tão importante, a ponto de ela até mesmo sugerir a troca de noção de biografia pelo conceito de trajetória de relações – do indivíduo em relação ao grupo em seus diversos campos sociais.

Partilha desse mesmo raciocínio Bourdieu (2006). O teórico esclarece que é indispensável no texto biográfico reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, compondo uma pluralidade de campos em todos os momentos. Possui a mesma opinião Levi (2006, p. 167): “Uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica”.

Preocupada em desvendar o mundo e seus processos de desenvolvimento social, a biografia traça um panorama da vida de um membro do grupo social por meio do qual se distinguem as relações que esse indivíduo trava com a sociedade, com o tempo, com o espaço, com a política, com a economia e com a cultura, ou seja, com os fatos que se desenrolam a sua volta. Não só o indivíduo não leva o protagonismo da obra, embora esse seja o pretexto para ter sua vida exposta em um livro, mas ele tampouco é, de acordo com as palavras de Avelar (2010), digno da reconstrução biográfica por unicamente sua singularidade. A questão da biografia é que o indivíduo ali representado sintetiza várias outras vidas e serve de passagem para a apreensão de marcos mais amplos, com vistas, conforme declara Dosse (2015), a satisfazer o leitor, que por sua vez quer mergulhar numa época que não é a sua. O autor ainda afirma que a biografia às vezes também é usada como uma justificativa para abordar um tema histórico, ou se divide em duas partes: uma com foco no relato factual, e a outra com enfoque no exame de questões controversas.

Nesse mesmo sentido está o pensamento de Levi (2006, p. 167):

Em certos casos, recorre-se a ela [a biografia] para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida; já em outros, ela é vista como o terreno ideal para provar a realidade de hipóteses científicas concernentes às práticas e ao funcionamento efetivo das leis e regras sociais.

Todavia, o que leva alguém a desejar contar sua história em um livro, ou tê-la contada nas páginas de uma obra? Retomando Beauvoir (2017), ela explica que uma das razões para isso pode estar em precisar justificar a própria existência, sobretudo em um mundo que a cada dia mais notamos que nada é feito para durar, tudo é efêmero e tem tempo de vida limitado. Isto

é, tudo está relegado ao esquecimento e a um instante, único e fugaz, que pode durar pouco ou muito tempo, mas que um dia acabará. Num mundo em que o tempo corre mais do que conseguimos acompanhar pelo relógio, e as populações cada vez aumentam mais, precisamos sobressair de alguma forma, sermos representados de algum modo, fazermo-nos presentes naquele momento e fazê-lo vale. Além disso, muitos veem a biografia como um meio de não se tornar somente passado, e o relato biográfico surge como um instrumento para deixar sua marca na sociedade com que conviveu, ou que ainda convive.

Portanto, o texto biográfico é visto também como uma ferramenta de representatividade. O sujeito, que foi merecedor de uma narrativa dedicada a ele, ou se acha digno de tal, ao ter sua vida destrinchada para o grande público, eleva-se ao rol de indivíduos cuja importância é reconhecida por certos grupos, ganhando notoriedade a seu ver perpétua.

Ademais, para a maioria da população, a história de parte dos sujeitos históricos é em grande medida desconhecida ou, quando muito, se resume a fatos isolados ligados a personagens da elite político-econômica ou religiosa. Esse panorama, em maior ou menor grau, faz com que parte dos setores ainda ausentes nas pesquisas historiográficas considere a biografia como forma de preservar informações. Os documentos privados – como diários, cartas e fotografias –, ao passarem a fazer parte do *métier* do historiador, podem renovar as possibilidades de “fazer história” numa interlocução maior entre pesquisadores e os setores ainda esquecidos da sociedade.

Nesse raciocínio, Marc Bloch (2001) já pontuava na primeira metade do século XX os problemas de uma história factual que ainda aparecem presentes em parte das biografias atuais:

É que pensavam antes de tudo em uma história de acontecimentos, até mesmo de episódios: quero dizer, aqueles que, certo ou errado – não é o momento de examinar –, dão extrema importância a retratar exatamente os atos, palavras ou atitudes de alguns personagens, agrupados em uma cena de duração relativamente curta, em que se concentram, como na tragédia clássica, todas as forças da crise do momento: jornadas revolucionárias, combate, entrevista diplomática (BLOCH, 2001, p. 70-71).

Na mesma linha estão as reflexões de Dosse (2015, p. 129), para quem o desejo de escrever uma biografia existe haja vista “a ânsia de vencer o esquecimento, a finitude da existência, e o cuidado de transmitir, imortalizar a ação humana a ser perpetuada na lembrança dos pósteros, na memória coletiva”. Pode-se assim perceber que o interesse de parte da historiografia e da sociedade se centra atualmente nos espaços pouco estudados ou “sombreados”, para utilizar a expressão de Francisco Foot Hardman (1988).

Todavia, é importante notar que, no caso das biografias, até os dias atuais ainda permanece a ideia de que a história local, cotidiana, do dia a dia, teria papel menor diante da história daqueles que seriam considerados figuras históricas de peso. Em outras palavras, parte da história ainda está escorrendo entre os dedos dos biógrafos. A nosso ver, urge libertar-se do encastelamento dos ditames dos velhos modelos biográficos e recuperar documentos e narrativas relegados ao segundo plano por fazer parte dos espaços femininos. Portanto, faz-se preciso incentivar estudos menos fragmentados formados por histórias particulares e sua repercussão sobre a história das populações, há tempos demandados por uma sociedade que ainda possui a triste sina de esquecer suas mulheres.

Muito pouco se conhece, todavia, sobre o que Michael Pollak (1989) chamaria de “memórias clandestinas”. Mesmo que o autor busque reconstituir as teias do “não dito” ou da interrupção da transmissão das memórias no pós-Segunda Guerra Mundial, seria interessante pensar as suas análises para um contexto não tão específico e que abarque um recorte temporal de longa duração. A transmissão das memórias das mulheres em diversos níveis e no decorrer da história mundial tem sido indubitavelmente marcada por cenários de violência e apagamentos presentes no cotidiano do ambiente doméstico e do trabalho – que inclui pais, maridos, filhos, patrões, colegas etc. – com os mesmos componentes de uma história da dor em todos os espaços e gerações. Se esses homens que sobreviveram às guerras não podiam transmitir as suas memórias como antes, as mulheres passaram de forma similar por dificuldades para transmitir as memórias de um passado presente de crescente violência e silenciamento⁶.

Se considerarmos, como Pollak (1989, p. 9), que as memórias não ditas em determinado momento histórico favorável podem invadir o espaço público e passar do “não dito à contestação e à reivindicação”, a necessidade de transmitir suas memórias tem, igualmente, empurrado as narrativas escritas por mulheres, mas aqui o controle da memória continua a ocorrer pelos entraves editoriais. Logo, é preciso lembrar que o gênero biográfico traz e perpetua as marcas tantas vezes de uma sociedade patriarcal. No entanto, há que se ter em conta que as conquistas geradas pela lenta construção dos espaços biográficos femininos ou da crescente importância da história das mulheres são extremamente significativas para quebrar a força da tradição e colocar as memórias femininas no centro da teia literária.

Assim, tem-se uma premissa bastante expressiva no que diz respeito à perpetuação de lembranças a fim de compor a memória coletiva, também entendida como cultura comum, a

⁶ Ver: Fiocruz (2017) e Rodrigues (2017).

qual é compartilhada pelos diversos membros da mesma comunidade. Com o propósito de formar uma memória coletiva da qual todos tenham “orgulho”, e na intenção de constituir uma identidade para determinado grupo social, na maioria das vezes é preciso levar adiante o esquecimento/apagamento de certos acontecimentos e/ou indivíduos que de algum modo destoam do que se quer apregoar. Há que se pensar, no entanto, que essa decisão não é tomada arbitrariamente, mas sim conforme a conveniência do momento, por alguns indivíduos que se subjagam, ou são subjagados, como de mais valor do que os demais.

Isto posto, precisamos entender que a memória é seletiva, ou seja, ela atinge apenas alguns membros do grupo social, sendo este bastante reduzido, e não a sua totalidade, em geral aqueles que pertencem à intelectualidade, ou que formam a elite econômica e, por isso, que detém o poder. Nesse sentido, verifica-se que o esquecimento e/ou o apagamento de certas parcelas da população respondem a intenções obscuras, que devem ser problematizadas. Mediante essas relações, é possível compreender também sentimentos de pertencimento e representatividade no que se refere ao contexto que envolve tais personagens.

Essa *escolha* das personagens a serem biografadas abrange questões intrínsecas ao sistema cultural e aos espaços de poder implicados, e seus propósitos são proteger alguns em detrimento de outros e manter o controle sobre o grupo social que circunda os atos dos indivíduos biografados. Portanto, verifica-se através dos séculos, por intermédio do retrospecto do gênero textual, que a biografia surgiu como um suporte a certas narrativas e discursos sociais, ajudando a apontar caminhos para a homogeneidade social e cultural.

Essa modalidade textual foi um grande e importante instrumento para buscar atingir a unicidade historiográfica, pois uma de suas funções era construir modelos exemplares de indivíduos para que esse padrão de comportamento e estilo fosse seguido pelos demais membros daquele determinado grupo social. Seja como for, a compreensão mais aprofundada da padronização dos sujeitos históricos tão valorados pela historiografia oficial, tecida também pela produção de biografias, poderia nos permitir discernir os processos de escolha que foram recorrentes em alguns períodos da historiografia. Isto é, cabe observar as personagens-modelo, presentes por sua importância política e econômica e tidas como importantes para estabelecer os espaços de poder de alguns setores da elite.

A história silenciada das mulheres e um balanço da produção biográfica

Para Schwarcz (2013), o texto biográfico surgiu primariamente com o pressuposto de enaltecer e engrandecer aquele que seria biografado. Ainda na Antiguidade, as biografias davam destaque preponderante ao caráter político, religioso ou moral da personagem, objetivando a

moral e os bons costumes das gerações futuras (ALMEIDA, 2014; DOSSE, 2015). Passando para a Idade Média, quando o catolicismo foi eleito como a religião oficial, os textos biográficos tornaram-se hagiografias, ou seja, narrativas que intencionavam glorificar a Deus usando para isso a vida de santos e padres, afinal era conveniente à Igreja propagar sua crença em todas as situações, até mesmo em obras literárias, e a instituição via nas hagiografias uma grande oportunidade de expansão de seus valores e preceitos (DOSSE, 2015).

No Renascimento, o enfoque passou a ser em falas e diálogos, e seus protagonistas mais recorrentes eram homens com cargos públicos, buscando aqui o sentimento do herói. Situação parecida viveram os escritos biográficos do século XIX, quando, mediante o movimento geral à procura da individualização, se forjava o herói da narrativa como o representante do Estado nação, configurando uma identidade nacional. No fim do século XX, a biografia sofreria uma mudança mais drástica influenciada pelas novas correntes historiográficas em voga e passaria a focar para além do biografado, mas também para o que havia a sua volta (ALMEIDA, 2014; DOSSE, 2015).

Assim, verifica-se que a função da biografia sempre foi identificar modelos exemplares da sociedade, os quais ficavam restritos a, de acordo com o que se constatou na evolução do discurso biográfico, homens, brancos, pertencentes à elite, no que se refere a sociedades ocidentais, reflexo do desenvolvimento da sociedade e de seu pensamento ao longo da história, considerando que o texto biográfico, conforme nos aponta Schwarcz (2013, p. 61), não apenas reflete o momento em que se insere: “Ao contrário, ela [a obra de arte, de maneira geral] estabelece um diálogo interno, remonta convenções, cria modelos”.

Nesse sentido, podemos começar a pensar nas justificativas que levam as mulheres a serem tão parcamente representadas em narrativas biográficas. De acordo com Perrot (2017), são três os pontos que acabaram fazendo com que as mulheres fossem subjugadas em relação aos homens no que se refere à perpetuação de suas histórias.

Em primeiro lugar, às mulheres era dada pouca ou nenhuma visibilidade, pois passavam muito tempo em casa, cuidando do lar, do marido e dos filhos, em vez de circular por espaços públicos, alvo de interesse da sociedade e dos relatos. O segundo ponto consiste no fato de o acesso às letras pelas mulheres ter se dado muito tardiamente. Isso fez com que deixassem poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Também, julgavam-se, por causa do pensamento social predominante, não merecedoras de importância e acabavam elas mesmas destruindo seus registros ou anulando-se deles, revelando assim a baixa autoestima que nutriam dentro de si. Por fim, e cremos de fundamental relevância, tem-se o julgamento do outro: “Quanto aos observadores, ou aos cronistas, em sua grande maioria masculinos, a atenção que dispensam às

mulheres é reduzida ou ditada por estereótipos” (PERROT, 2017, p. 17). Logo, “mergulhadas em silêncios impostos e sufocadas por imagens distorcidas, elas mesmo por muito tempo desprezaram a importância de sua história” (PINSKY, 2017, p. 10).

Valorizando a história masculina em detrimento da feminina, reflexo do sistema machista, ainda que velado, da sociedade ocidental, e constatado através dos tempos na grande maioria dos grupos sociais, fica mais fácil para o homem, como protagonista das histórias do mundo, contá-las a seu bel-prazer, retratando dessa forma o mundo de acordo com a sua perspectiva, seus hábitos, seus costumes e sua cultura. Quando ele assim o faz, transforma a si mesmo em dono daquele território (SACK, 1986), concedendo-lhe poder e representatividade.

Nas palavras de Margareth Rago (2013, p. 26-34), ao analisar a história das mulheres até algumas décadas passadas ainda eram comuns divisões como “castas” e “públicas”. Se as últimas citadas não deixavam de sofrer profunda violência por estarem relacionadas à prostituição e aos setores sociais estigmatizados, a primeira categorização não merece menos atenção, pelo controle, silenciamento e violência que também sofriam. É impressionante, aliás, como as mulheres permanecem isoladas nas prensas e estantes das editoras, livrarias, bibliotecas e arquivos que priorizam preferencialmente biografias e autobiografias masculinas. Se atualmente temos, portanto, uma realidade que não deixa de ser oposta às estigmatizações e aos modelos impostos às mulheres, mesmo assim observamos um cenário de conquistas pelas lutas femininas. Se bem mostra a autora, as novas dimensões feministas ainda possuem o papel de subverter um gênero literário que é tradicionalmente masculino.

Portanto, ao lidar com o texto biográfico, precisamos ter cautela quanto à intencionalidade da narrativa. Porém essa cautela não deve se restringir unicamente às biografias; ela perpassa todo o âmbito literário. Conforme explica Bosi (2005), qualquer obra literária, independentemente do gênero textual, consiste na representação das ideologias dominantes de seu tempo. Por conseguinte, não podemos nos afugentar do fato de que ela reproduz, por conta disso, os traços básicos e essenciais do sistema cultural do seu tempo. Então, precisamos ter em mente tal ideia para não cairmos na questão da verdade absoluta.

Sobre isso nos explica Jouve (2002, p. 21): “O texto, como resultado de uma vontade criadora, conjunto organizado de elementos, é sempre analisável, mesmo no caso das narrativas em terceira pessoa, como ‘discurso’, engajamento do autor perante o mundo e os seres”. Assim, o texto sempre terá uma intencionalidade, e faz-se necessário que o leitor esteja ciente desse fato, para que não se torne objeto de manipulação, mas que saiba assumir uma posição em relação ao que lê. Afinal, a leitura garante-se como parte interessada de uma cultura e instala-se em um contexto cultural específico: “Toda leitura interage com a cultura e os esquemas

dominantes de um meio e uma época. A leitura afirma sua dimensão simbólica agindo nos modelos do imaginário coletivo quer os recuse quer os aceite” (JOUVE, 2002, p. 22).

Desse modo, o escritor, ao criar a sua narrativa, busca por intermédio dela assegurar o seu poder e perpetuar o seu jeito de perceber o mundo, bem como indiretamente o jeito como ele é percebido pelo mundo, dividindo a realidade em que está inserido acerca daquele momento em que vive, além de suas experiências particulares, com o leitor. No entanto há que se lembrar que às vezes esse compartilhamento de visão acontece de maneira consciente, às vezes não; cabe aos leitores atentar-se para tal, a fim de não se deixarem persuadir por uma única visão de mundo. Assim como diz Schwarcz (2013), ao fazer a análise de um texto literário, não podemos nos situar apenas no tocante à narrativa e às personagens ali descritas, mas localizar também o contexto em que o autor se insere, tal qual as convenções que o formaram e o informaram.

Aqui recorreremos mais uma vez a Beauvoir, que explica que entendeu em certo momento da sua vida, já com a ideia fixa de se tornar escritora, que “os romances, as novelas, os contos não são objetos estranhos à vida, mas que a exprimem a seu modo” (BEAUVOIR, 2017, p. 129). Tal afirmação é respaldada por Cândido (2006), que trata a literatura como um fenômeno da civilização, completamente dependente do entrelaçamento de vários fatores sociais. O teórico vê na construção literária a expressão de uma visão coerente da sociedade descrita, num processo dialético que envolve o indivíduo e o grupo social a que pertence, desde que se começou a pensar seriamente na literatura como um dos reflexos da sociedade:

Isto se esboçou no século XVIII, quando filósofos como Vico sentiram a sua correlação com as civilizações, Voltaire, com as instituições, Helder, com os povos. Talvez tenha sido Madame de Staël, na França, quem primeiro formulou e esboçou sistematicamente a verdade que a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre (CÂNDIDO, 2006, p. 28-29).

Portanto, referindo-nos conjuntamente do menor para o maior, a biografia, a literatura e a arte, nessa ordem, são elementos essencialmente sociais, pois, como afiança Cândido (2006), esses elementos tanto dependem da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em diversos graus de sublimação, quanto por produzir sobre os indivíduos efeitos práticos, alterando sua conduta e concepção de mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Concorda com o autor Schwarcz (2013, p. 65), no momento em que diz:

Trata-se, pois, de não restringir a análise de uma obra de arte, um ensaio, um diário, uma crônica à biografia isolada de seu autor ou ao contexto em que foi produzida. Tampouco lidar com ela de maneira isolada de seu momento político e social.

Voltando a pensar exclusivamente na biografia, constatamos que, mediante o resgate biográfico de personalidades representativas de nossa cultura, é possível verificar como foi construída a memória nacional crítica da qual é porta-voz o biógrafo, servindo este como antena e prisma de um patrimônio cultural coletivo (CYNTRÃO, 2006). Tem essa mesma opinião Levi (2006), ao refletir acerca da relação entre biografado/a, contexto e grupo social envolvido:

A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de coerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas (LEVI, 2006, p. 180).

Não crendo-se dignas do protagonismo biográfico, as mulheres então tomaram para si a coadjuvação da narrativa e, nessa esteira, também o segundo plano na história, como se estivessem fora do tempo, ou dos acontecimentos, destinadas à obscuridade e confinadas no silêncio. Limitadas a seus lares e na ânsia por seu lugar no mundo, elas passaram a escrever histórias que refletiam a sua vida doméstica e suas famílias, escritas na privacidade do seu quarto, tornando as correspondências (que enviavam aos maridos nas guerras, filhos em internatos, ou a parentes distantes), os diários e as autobiografias gêneros especificamente femininos, adequados ao caráter de intimidade que carregam em sua essência. Os diários, por exemplo, eram prática recorrente sobretudo entre as adolescentes, ação até mesmo incentivada pela Igreja, na intenção de utilizar tal relato como instrumento de direção de consciência e de controle social (PERROT, 2017). Conhecendo o que se passava na mente feminina, a família e as instituições sociais, que detinham as rédeas das normas da sociedade, eram capazes de orientar as jovens a certos caminhos em detrimento de outros que talvez não vissem como correto socialmente, ou que não cabia a determinadas moças, principalmente aquelas das classes sociais mais abastadas.

Mary Del Priore (2004), importante pesquisadora da história das mulheres, entende que estudar essas novas figuras históricas permitiria conhecer as representações sobre as mulheres em diferentes tempos, assim como perceber particularidades especiais que envolvem a família, a criança, o trabalho, a literatura, mas também a violência que sofreram. Por outro lado, segundo a autora, as narrativas históricas permitem observar as distinções feitas, os seja, “quais seriam aquelas a inspirar ideais e sonhos? As castas, as fiéis, as obedientes, as boas esposas e mães. Mas quem foram aquelas odiadas e perseguidas? As feiticeiras, as lésbicas, as rebeldes, as anarquistas, as prostitutas, as loucas” (DEL PRIORE, 2004, p. 9). Trata-se, a nosso ver, de um enfoque majoritário nas análises historiográficas que transbordam nas biografias para o papel

dos homens na sociedade e no direcionamento da história das mulheres que poderiam ser contadas seguindo certo *script* dos papéis e lugares ocupados por elas na narrativa.

Por causa do caráter mais intimista que os relatos mais comuns no mundo feminino pleiteavam e da relação mais afetiva que a mulher trava com a memória, Zimmermann e Medeiros (2004) explicam que o que era produzido pelas mulheres, ou o que elas tinham a contar, não era interessante nem relevante aos olhos da sociedade. Afinal de contas, suas produções tinham como essência a vida doméstica e familiar, tendo em vista que conheciam somente esse contexto, porém o que a sociedade requeria era o contrário: narrativas pautadas na vida pública, em grandes feitos e em acontecimentos fantásticos.

Observa-se esse contraste bastante discrepante principalmente quando se fala do século XIX, época em que o conhecimento histórico passou a ser puramente objetivo e científico, e viu-se fortemente a racionalização dos saberes – o inverso do mundo conhecido pela maioria das mulheres (ZIMMERMANN; MEDEIROS, 2004). Assim, o que elas teriam para contar?

As mulheres, enquanto portadoras de uma memória das sensibilidades, dos sentimentos, dos detalhes tanto de ordem pública e privada, das pequenas coisas como fotos, objetos pessoais, são jogadas no calabouço do privado e trazidas para os discursos triunfantes masculinos como o avesso da ordem e do progresso (ZIMMERMANN; MEDEIROS, 2004, p. 40).

Também, ao longo da história às mulheres cabiam as atividades do lar e da família, desde que elas estivessem, no entanto, nas classes média e alta. Mulheres de uma classe social mais inferior eram de grande valia para a sobrevivência das famílias e ajudavam na provisão do lar, já que participavam ativamente do mercado de trabalho, em função da precariedade das condições sociais, que sempre foi uma constante na história da humanidade.

Pela perspectiva histórica, as funções exclusivas da mulher são o lar e a maternidade, e nos relatos em que as mulheres sobressaem percebemos que ainda se mantém uma identidade fixa feminina em função da dominação masculina (ZIMMERMANN; MEDEIROS, 2004). Algumas mulheres, porém, nutriam o desejo de ultrapassar os limites impostos e chegavam, em determinadas situações, a transpor a barreira doméstica, no entanto por isso eram mal vistas aos olhos da sociedade e sobretudo da família, que em muitos casos não aceitavam tal postura, acabando por excluí-las do círculo familiar.

Explica Perrot (*apud* ZIMMERMANN; MEDEIROS, 2004, p. 37): “Os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com o seu modo de rememoração, da montagem propriamente dita do teatro da memória”. Assim, tendo campos de atuação diferentes e práticas sociais distintas, mulheres e

homens constroem memórias e, por que não, vidas de maneiras muito diferentes, construindo a seu próprio modo seu passado, seu discurso e sua imagem.

Entende-se, por conseguinte, que o universo feminino é bastante diferente do universo masculino muito além apenas do que se refere a aspectos físicos e biológicos. Ambos são marcados por experiências históricas, valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciados em todas as esferas (RAGO, 1998), o que acaba transparecendo em seus relatos sobre o mundo que dividem, diferentemente, porém.

Por toda a criação diferenciada entre homem e mulher, é impossível o assunto feminino × masculino não aparecer de algum modo nas narrativas, sejam elas escritas por homens, sejam escritas por mulheres. Enquanto o homem tem o mundo aos seus pés e acesso ilimitado a ele, o mundo feminino sempre foi muito menor e mais restrito. Era permitido à mulher apenas o que o pai e, posteriormente, o marido acreditavam que era o melhor, levando-se em conta a opinião da sociedade. Quando muito a mulher podia se manifestar a respeito de temas sociais e morais.

Logo, constata-se historicamente que as mulheres quase nunca são protagonistas de histórias, mas quando isso acontece geralmente o são de histórias contadas por homens, pelo viés, portanto, masculino. Assim aponta Perrot (2006, p. 186): “A mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes”. Então, à mulher fica relegada ao segundo plano e a coadjuvação de uma história que também é sua.

Nessa ótica, verifica-se então que a literatura e sua seleção de atores e narrativas não são imparciais. A falta de neutralidade também é vista, contudo, na forma como a língua é empregada. Afirma Cândido, no tocante à literatura e a sua imparcialidade velada:

Entendemos por literatura [...] fatos eminentemente associativos; obras e atitudes que exprimem certas relações dos homens entre si, e que, tomadas em conjunto, representam uma socialização dos seus impulsos íntimos. Toda *obra* é pessoal, única e insubstituível, na medida em que brota de uma confiança, um esforço de pensamento, um assomo de intuição, tornando-se uma “expressão”. A *literatura*, porém, é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma “comunicação” (CÂNDIDO, 2006, p. 147, grifos do original).

Sendo assim, para Todorov (2010), a língua é um dos elementos mais sobressalentes da cultura do grupo social e por meio dela podemos dividir nossos pensamentos, alegrias, anseios, medos e frustrações. Segundo o linguista, do mesmo modo como acontece com qualquer aspecto cultural, a língua não é neutra; está carregada de pensamentos, ações e julgamentos

legados por herança histórica, e seu poder é tão preponderante que ela é capaz de moldar a mentalidade dos integrantes do grupo social em que circula.

Consequentemente, como a língua descreve a realidade, ela acaba fazendo-o de dada perspectiva, transmitindo uma visão de mundo particular – no caso da literatura, a ótica do autor que escreve a obra. É isso o que nos fala Benjamin (1994) ao referir-se ao texto. O filósofo afirma que nenhum texto é neutro ou isento de imparcialidade, além de ter certa intencionalidade por meio do que é dito, pois sempre vai expressar, de uma maneira ou de outra, as opiniões e visões de mundo do sujeito que o escreve, este também envolto em um conjunto de elementos culturais e sociais que moldou seus pontos de vista e pensamentos.

Além disso, quando tratamos de influências, sejam conscientes, sejam inconscientes, e da língua como forma imparcial de descrição do mundo, não podemos nos esquecer de que a gramática contribui bastante para isso. Na grande maioria das línguas, a língua portuguesa inclusive, “quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: *eles* dissimula *elas*. No caso de greves mistas, por exemplo, ignora-se quase sempre o número de mulheres” (PERROT, 2017, p. 21, grifos do original). Isto é, o masculino predomina em relação ao feminino quando ambos se juntam, mostrando mais uma vez que à mulher cabe o segundo plano.

Questiona-se, portanto, em concordância com Rago (1998), a dominação masculina que constitui as práticas discursivas e não discursivas, assim como as formas de interpretação do mundo dadas como únicas e verdadeiras. Ainda, a autora avança um pouco mais na discussão:

Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, trata-se, então, de encontrar as categorias adequadas para conhecer os mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado e no presente e para propor novas possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina (RAGO, 1998, p. 92).

Em suma, o público, ávido por consumir memórias, sempre foi correspondido pela sociedade e pelos autores que a tomam como inspiração. O desejo de retratar vidas e de ter leitores que se interessam por essas vidas é observado desde os primeiros registros de narrativas biográficas, datados do século V a.C., quando se tiveram os primeiros indícios da literatura ocidental.

Dosse (2015), ao analisar o mercado editorial francês atual, afirma que o êxito das obras biográficas é tão espetacular que elas ocupam os primeiros lugares nas listas dos mais vendidos, e os títulos mais populares permanecem nelas por pelo menos três meses. No Brasil o cenário não é muito diferente. Ao visitar livrarias, deparamos com estantes repletas de livros de memórias, confissões, biografias, todos eles querendo contar a história de uma vida, na clara

intenção de o protagonista tornar-se sujeito, ser visto e reconhecido aos olhos da sociedade e deixar sua marca num mundo que a todo o momento sofre com a guerra velada entre o que lembrar e o que esquecer.

Por sua vez, Schmidt (2014) encontra no fenômeno chamado voyeurismo, ou seja, a vontade do público de observar a intimidade do outro, sobretudo das grandes celebridades, uma das razões que explicaria a sede por biografias, com o propósito de desnudar a personagem ou à procura de um “escândalo” pessoal que seja capaz de deixar a figura biografada, notável por algum feito tido como grandioso, mais próxima do comum.

Pensando por essa ótica, também existe a vontade de entender melhor o ser humano, por intermédio da observação de suas atitudes e das relações que trava com o seu mundo interior e o exterior, assim como com as coisas e pessoas a sua volta, ou ainda tendo em vista o anseio de compreender os processos e os mecanismos externos que circundam esse indivíduo, numa tentativa de abranger a completude do mundo.

Ainda, vivemos imersos na tecnologia, e a todo momento estamos conectados às redes sociais, a tal ponto que nos acostumamos a observar os outros e a sermos observados constantemente, num jogo em que nada se esconde; pelo contrário, tudo é necessário exhibir, a fim de forjar ou mesmo reforçar certa posição social. Essa tendência não podia ficar de fora do mercado editorial, ávido por “furos” de suas personagens biografadas.

A grande disparidade que existe entre os mundos masculino e feminino no que se refere à representatividade de maneira específica no campo biográfico se faz presente igualmente em todos os gêneros textuais literários, numa clara confirmação de que, embora já estejamos no século XXI, o patriarcalismo ainda predomina em nossa sociedade, assim como foi prevalente ao longo de todo a trajetória traçada pela biografia no Ocidente.

Todavia, o balanço desigual entre biografados não se dá somente em relação às mulheres, mas a todos os grupos minoritários, como os negros, os pobres e aqueles oriundos de religiões diferentes do catolicismo. As biografias ainda hoje continuam tendo como protagonistas em geral políticos, empresários e celebridades, personagens escolhidas pelo mercado editorial, que trabalha conforme a demanda social, com base na tese de que a burguesia sonha em achar salvadores, em entregar-se a grandes homens para defender seus interesses econômicos (DOSSE, 2015). Transformando pessoas comuns em heróis, quem sabe a sociedade seria inspirada a tomar suas próprias atitudes e alcançar grandes feitos.

A intenção da biografia de apontar modelos exemplares à sociedade parece não diferir desde a Antiguidade, quando os primeiros registros acerca de biografias surgiram, da mesma forma como foi essa a prática do discurso biográfico na Idade Média, comprovando-se então a

tradição, que se mantém até hoje, de centrar-se na história de homens ilustres, com a tônica incidindo sobre os políticos (DOSSE, 2015).

Porém, ao averiguar tal fato, ficam os questionamentos: como falar da história da sociedade sem dar nem vez nem voz às mulheres, por exemplo? Ou de pessoas simples, que fazem parte do cotidiano e que integram o mundo tanto quanto os grandes políticos e empresários? Ou de simples trabalhadores, que por meio do seu trabalho assumem as rédeas do desenvolvimento e fazem o mundo avançar? Ou, pode-se fazer aqui a pergunta de Joan Scott (1991, p. 93): “Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais?”

Pensando nesse sentido, o obscurantismo e o esquecimento que marcam a história das mulheres nas biografias prestam testemunho do papel da literatura e da história na construção de espaços clivados por discursos e pela censura na recuperação da memória de vida das mulheres. A ideia de neutralidade do documento inculcada na percepção do texto biográfico deve merecer especial cuidado quando não compreende os caminhos da violência produzidas pela perda parcial da memória de uma sociedade.

Benito Schmidt (2014, p. 201) defende que o historiador deve se espalhar mais na literatura na elaboração dos seus textos biográficos, ou seja, ter um pouco de “vontade de ser poeta”. A história não precisa abandonar o “compromisso com o documento” ou “a necessidade de citação das fontes”, mas sim reforçar o caráter de uma escrita mais acessível ao público, que faça com que o leitor não se sinta afastado do sentido das coisas do presente – e, sim propiciar uma leitura mais próxima de um contato com o real e com os sentimentos. O que se deve pontuar, no entanto, é a importância das memórias de vida que estão inscritas na história das mulheres como as notas de algo muito valioso. É preciso lembrar, como poetiza Adélia Prado (2005, p. 56), “em meu país de memória e sentimento, basta fechar os olhos”.

Considerações finais

Como foi discutido no presente artigo, a biografia é um tipo de texto de memórias que funciona como uma confirmação da existência do indivíduo ali esmiuçado e, por meio dela, podem-se analisar o comportamento, os costumes, as tradições e as tensões daquela sociedade que conviveu com o biografado.

Ao abranger inúmeros aspectos simbólicos e concretos tanto do sujeito ali biografado quanto da sociedade que dividiu espaço com ele, além das diversas temporalidades que da narrativa emergem, vários debates podem vir à tona, por detalhar uma variedade de campos que

fontes primárias talvez não abarquem com tantos detalhes nem na mesma tonalidade. Isto posto, a biografia pode ser então entendida como uma referência, um modelo e mesmo um panorama dos assuntos que aborda, tornando-se por essa característica um objeto de estudo de fundamental importância.

Apesar disso, embora tenha grande representatividade no mercado editorial e se verifique o florescimento do gênero por entre os leitores, são poucos os trabalhos que tratam do tema biografia, suas nuances e seus meandros, talvez porque por muito tempo o texto biográfico sucumbiu ao segundo plano, ou foi tido como um subgênero, não sendo considerado objeto de estudo no campo historiográfico, social, político nem econômico, por exemplo.

Assim como qualquer texto literário, a biografia não é neutra nem imparcial. Ela acaba por transmitir uma visão de mundo particular, a do narrador da obra. A forma como a narrativa se estrutura forja certas representações do real no que se refere ao mundo exterior e mesmo em relação ao seu protagonista que de alguma maneira influenciam o modo de pensar da população, além de determinar os comportamentos adotados pelo grupo retratado ali, embora a descrição que se apresente seja incompleta, e às vezes nem mesmo compatível com a realidade. Isso faz com que o texto funcione muitas vezes como um reforço do que se quer apregoar e perpetuar para as gerações presentes e futuras, como um instrumento parcial, limitado e por vezes obscuro de disseminação de conceitos preestabelecidos ou determinados prévia e não arbitrariamente.

Por esse ângulo, a biografia e também os demais gêneros textuais literários podem ser reconhecidos como um dos vários discursos que interferem no pensamento social, ajudando a moldá-lo. Logo, não é possível trabalhar literatura de forma descontextualizada, por ela ser também uma construção social.

Fora isso, toda obra literária, entre elas as biografias, além de representar certa sociedade, descreve ainda o contexto em que a história se passa, em seus mais diversos aspectos, tal qual o cenário de um filme ou de uma peça teatral, sob o olhar, porém, do narrador. Por mais que o narrador tente se ocultar do texto, é impossível não reconhecer sua figura em algumas cenas, por ele também ser um produto social. Sendo assim, podemos ver a biografia como o resultado de três elementos que procuram a melhor perspectiva para mostrar-se: o narrador, o biografado e o autor, todos eles cabíveis de análise.

Com o avanço das investigações sobre história social, os indivíduos passaram a ser vistos igualmente como sujeitos das ações que movem o curso dos acontecimentos, e não mais como agentes de menos ou mais atitudes, tentando posicionar a mulher em pé de igualdade ao homem. Ajudaram nesse movimento também as pesquisas que se preocuparam com o feminino e com a desmistificação de um sexo até então tido como frágil aos olhos daqueles que detinham

acesso à escrita, afinal as mulheres são agentes históricos de tanta importância quanto os homens. Por consequência, a mulher agora ascendeu à condição de objeto e de sujeito da história, embora ainda haja resistência nessa direção.

A exclusão sofrida pela mulher da história fica bastante evidente nos relatos, seja de qual tipo o for, principalmente quando consideramos descrições a nível econômico, político e societário. A literatura, um dos retratos de nossa sociedade, porém nem sempre fiel à realidade, também fica aquém quando falamos de equilíbrio entre mulheres e homens.

Ao tratar de biografias produzidas pelo mercado editorial atual, porém, observa-se que já não há mais um padrão tão claro de quem deve ser biografado e de quem não é interessante para o público, como se tinha antigamente. Com a emergência da memória e da necessidade do reconhecimento alheio, muitos se acham merecedores de uma narrativa dedicada a si próprio, caso lhe seja conveniente e o ajude a atingir e firmar o seu espaço.

Todavia, delineando a trajetória da biografia ao longo dos séculos, desde a Antiguidade, data dos primeiros registros de textos biográficos, vê-se grande prevalência dos homens como protagonistas das histórias. São eles os heróis e a eles fica relegado o poder de escolher como traçar seu caminho. O contrário se passa com as mulheres, a quem cabe a coadjuvação, mas também o suporte para que a história masculina se desenvolva.

Não obstante todos serem veículos de expressão na teoria, verifica-se que na prática nem todos são contemplados. Assim, a sociedade sofre um recorte em todos os lados, fazendo com que preconceitos e manipulações sociais continuem ocorrendo, ao serem exaltados alguns e detrimento de outros, por não estarem resguardados socialmente do mesmo modo.

Isto posto, comprova-se que a atribuição de valores nunca foi unânime nem imparcial. A batalha, velada em grande parte das vezes, continua a ser travada no tocante a que grupos ou elementos da história são merecedores da representatividade adquirida por meio dos textos literários, a ponto de serem retratados em narrativas que visam descrever os contextos que os envolvem e a sociedade, que faz ponta, ou que é determinante, ao fundo. Vive-se, assim, numa dinâmica de poder que contempla dominação e, por conseguinte, subordinação.

Tendo a voz feminina sido apagada por tanto tempo ao longo da história, percebe-se no contexto atual que as biografias ligadas a personagens femininas na sua maioria não granjearam muita receptividade nos estudos sobre a história das mulheres ou por parte do público. De qualquer forma, as biografias que colocam as mulheres em primeiro plano ainda são esparsas.

É certo que as condições diferem se levarmos em conta a popularidade de alguns personagens históricas, mas do outro lado estão os casos pouco conhecidos nacional ou mundialmente, contudo representativos se pensarmos em âmbito local. A maior ênfase a ser

dada às hierarquias enquanto feitos de homens e mulheres é elemento importante na análise desse tipo de fonte.

Dessa forma, podemos ver a importância de uma obra literária com foco no feminino para estudos relacionados não apenas à literatura e às artes, mas também à história, auxiliando na compreensão de como as mulheres participam da história dos grupos sociais em que estão envolvidas, além de termos a perspectiva de como são vistas e de como percebem seus espaços.

Especificamente tratando-se do gênero textual biografia, que abordamos neste artigo, constatamos que esse tipo de texto fornece imagens da sociedade em que o indivíduo biografado está inserido, traduzindo tensões, conflitos e costumes da época e do grupo social retratado, afinal o narrador analisa inicialmente o contexto sócio-histórico que circunda seu protagonista para que a sua narrativa floresça. Aliás, espaços e passados sensíveis, em que a criação literária e as pesquisas históricas precisam entrar em confronto com um mundo feminino que ainda espera uma oportunidade de também ser visto. Embora já tenhamos avançado muito nessa discussão desde os primeiros registros de literatura até hoje, o sentimento de amnésia da história feminina que emoldura as narrativas ainda ressoa, como bem diz a poetisa Florbela Espanca⁷ (1996): “Sou aquela que passa a ninguém vê”.

Referências

- ALMEIDA, Francisco Alves de. A biografia e o ofício do historiador. *Dimensões*, Vitória, v. 32, p. 292-313, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/8338/5916>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, v. 24, p. 157-172, 2010. Disponível em: <periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2528/2024>. Acesso em: 17 mar. 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. *Memórias de uma moça bem-comportada*. 5. ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Alfredo. Caminhos entre a literatura e a história. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, p. 315-334, 2005.

⁷ Poetisa portuguesa. No início do século XX, foi uma das primeiras mulheres a frequentar o curso secundário. Além de poetisa, foi tradutora, contista, professora de português e colaborou com inúmeros jornais e revistas.

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006. p. 183-191.
- CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo. *A história contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, p. 5-16, maio de 1981.
- CYNTRÃO, Sylvia Helena. Biografia como gênero: o salto literário. A contribuição de Ruy Castro. *Cerrados*, ano 15, n. 21, p. 17-22, 2006.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora da Unesp, 2004.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2015.
- ESPANCA, Florbela. *Poemas*: Florbela Espanca. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 29 set. 2019.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-26.
- JOUBE, Vincent. O que é a leitura? In: _____. *A leitura*. Tradução de Brigitte Hervot. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 17-33.
- HARDMAN, Francisco Foot. Visões errantes: representações do trabalho urbano-industrial nordestino no século XIX. *Anuário Brasileiro de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.
- MCCLINTOCK, Anne. Introdução. In: _____. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 13-39.

- MOTTA-ROTH, Désirée. Questões de metodologia em análise de gêneros. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas; União da Vitória: Kaygangue, 2005. p. 179-202.
- NEVES, Margarida de S. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- PERROT, Michelle. A mulher popular rebelde. In: _____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 185-212.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: _____. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 13-39.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Introdução. In: PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 9-11.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PRADO, Adélia. *Bagagem*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 89-98, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465/2389>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- RODRIGUES, Nádia Cristina Pinheiro *et al.* O aumento da violência doméstica no Brasil, 2009-2014. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2873-2880, 2017.
- SACK, Robert David. *Territorialidade humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2014. p. 191-202.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/08.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *História Social*, n. 24, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16, p. 71-99, 1991.

TODOROV, Tzvetan. As identidades coletivas. In: _____. *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ZIMMERMANN, Tania; MEDEIROS, Márcia. Biografia e gênero: repensando o feminino. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, p. 31-44, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/download/227/180>>. Acesso em: 2 mar. 2017.